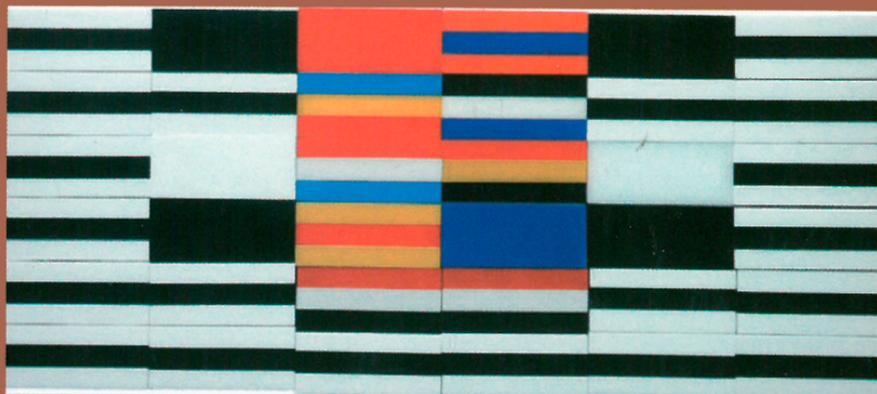


O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO



Ensaio - 6

Tarso Magnus da Cunha Frota



Ensaio

(6)

O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO

**Brig Ar Tarso Magnus da
Cunha Frota**



Editora Revista Aeronáutica
Rio de Janeiro
2012







PREÂMBULO

ENSAIOS SOBRE PENSAMENTO BRASILEIRO

O objetivo desta série de ensaios é entender e preservar o ser brasileiro e a nossa nação.

Elaboramos uma síntese sobre o Pensamento Brasileiro com objetivo de entendê-lo, bem como de iluminar a base do conteúdo dos ensaios.

Expressar a essência do pensamento brasileiro não é, certamente, uma tarefa simples, mas a presente tentativa tem por objetivo servir como uma aproximação ao tema, como um meio para facilitar e estimular seu aprofundamento.

Em poucas linhas, é possível dizer que o pensamento brasileiro nasce, propriamente, no século XVIII, com as ideias do Marquês de Pombal, que procurava transformar o chamado "saber de salvação", no ensino da Universidade de Coimbra, em um saber, de fato, científico. Estes primeiros parâmetros acabaram por orientar o desenvolvimento das instruções estratégicas do "Novo Mundo".

Um outro aspecto relevante a ser destacado foi o encontro de culturas em nosso território. Chegando nestas terras, o conquistador português já encontrou os indígenas, incorporando ao território, logo depois, o trabalho escravo do negro africano. As peculiaridades de cada uma dessas etnias, somadas, gerou uma verdadeira "miscigenação cultural", que hoje perfaz concretamente a nossa cultura.





Além dessa experiência singular e bela da miscigenação, dois fatores muito importantes alicerçaram as bases da nascente civilização: o primeiro foi a determinação de se manter um território indiviso; o segundo, a necessidade de se preservar a unidade da língua trazida pelo colonizador.

A partir da Escola do Recife (século XIX), inicia-se, com Tobias Barreto, uma corrente filosófica nitidamente brasileira, o "Culturalismo". Essa corrente sugere que o homem, através das potencialidades da cultura, viabilize a necessária integração com o mundo científico. Tal pensamento permeou a construção do pensamento brasileiro, unindo matizes do positivismo, do liberalismo e do idealismo kantiano ao âmbito da moralidade, alicerçada, por sua vez, a partir de fundamentos oriundos do Cristianismo. Dessa interrelação de correntes nasceu o pensamento filosófico brasileiro.

Tal pensamento perpassa, na História do Brasil, o Império, a República, a Guerra do Paraguai, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, A Semana de Arte Moderna e tantos outros momentos históricos, marcados pela superação de conflitos. Essa superação delineou, também, a formação do espírito do brasileiro, tão bem sintetizado por Cassiano Ricardo, como sendo o espírito do "homem cordial".

O pensamento nacional é, em suma, erigido pelo seu valor universal. Nisto reside sua força e sua presença junto aos outros povos. Assim sendo, a alma cordial de nosso povo tem sido, no transcurso do tem-





po, um exemplo de diplomacia, tolerância e entendimento para todas as culturas, os credos e os povos.

Estudar o pensamento brasileiro nos permite tomar consciência, gradativamente, do que é, de fato, "ser brasileiro", além de nos estimular a preservar a cultura e os valores nacionais, partes singulares da nossa brasilidade, daquilo que nos constitui como nação.

Araken Hipólito da Costa – Cel Av
Diretor do Departamento Cultural





Ilustração e Capa

Araken Hipolito da Costa

Coordenação Editorial

Araken Hipolito da Costa

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Impressão

Abegraph Gráfica e Editora Ltda

Revisão

Marcia Helena Mendes dos Santos

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica





AGRADECIMENTOS

Ao Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota, Presidente do Clube de Aeronáutica, e Cel Av Luis Mauro Ferreira Gomes, seu 2º Vice-Presidente pelo estímulo aos trabalho do Grupo de Estudo e a realização deste Ensaio







SUMÁRIO

Apresentação.....	13
O Pensamento Militar Brasileiro	15
Chegada da Família Real.....	17
Independência.....	19
O Constitucionalismo e a Monarquia	23
Guerra do Paraguai	25
Republicanismo	27
Republicanizar a República.....	31
Cinco de Julho de 1922 - Os 18 do Forte-	35
Coluna Prestes	37
Revolução de 1930	39
Escola Superior de Guerra(ESG)	43
Democracia e Desenvolvimento	47
Movimento Revolucionário de 1964	51
Uma Nova República	61
Mil Novecentos e Oitenta e Oito.....	63
Bibliografia	67







APRESENTAÇÃO

Gaúcho de Cruz Alta, o Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota entrou na Escola de Aeronáutica em 1946 e dedicou 41 anos de serviço a Força Aérea Brasileira.

Durante essa caminhada assumiu relevantes cargos e funções como Comandante do Grupo de Transporte Especial, da Base Aérea de Belém, da Escola de Especialistas da Aeronáutica e Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, e imediatamente ao deixar a vida castrense, ingressou na pós-graduação em Direito Público na UDF e após lecionou Introdução à Ciência do Direito durante 10 anos.

É membro fundador do Grupo de Estudo e juntamente com o seu companheiro de turma, Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas, que dentro da tradição oral, contribuíram para identificar os valores militares e nacionais.

O Brig Ar Cunha Frota com uma personalidade agregadora soube manter o grupo coeso nos momentos de conflitos.

Foi responsável pela apresentação do Relatório do Grupo de Estudo no seminário sobre Soberania Nacional realizado em 17 de maio de 2007, no CAER, com a presença do Senador Jefferson Perez.

Fruto de sua experiência e estudos deixa neste ensaio um legado precioso sobre o Pensamento Militar Brasileiro, do seu nascedouro aos dias atuais.

Araken Hipolito da Costa

Cel Aviador -Diretor do Departamento Cultural

Rio, outubro de 2012







Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

O PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO

“Das Forças Armadas não saem só arcabuzes, mas Ideias de inegável importância na vida do país como mostra a história brasileira”.

Leonardo Trevisan

Para falar no pensamento do soldado brasileiro, vamos buscar, na história, as condicionantes que se fazem necessárias para o melhor entendimento das atividades dos homens de farda na vida nacional. Muitos foram os estudiosos que se dedicaram a entender o papel do soldado no contexto da nação, emergindo, nesta seara, nomes consagrados como Faoro, Boiteaux, Taunay, Gustavo Barroso, Buarque de Hollanda e muitos outros. É indiscutível que a formação desta nossa Terra de Santa Cruz tem suas raízes no ocidentalismo dos nossos descobridores, onde os antepassados Lusos, com sua cultura latina- cristã nos legaram marcas civilizatórias que jamais nos abandonaram. Não há como perceber, nos primórdios da chegada dos primeiros colonizadores, algo que possa nos levar a um comportamento tipicamente castrense, sabendo-se, que, à época, a ocupação, além de não perceber o que poderia encontrar, extasiava-se com os estranhos moradores distribuídos por uma flora e fauna cativante, longínqua dos conhecimentos até então visíveis aos olhos humanos. Com a necessidade de manter a ocupação e estabelecer condicionantes que facilitassem





Ensaio 7

o domínio do descobridor, novas expedições começaram a se infiltrar pela imensidão do continente, e, a Lusitânia passou a dividir espaço com homens de Castela, a serviço do outro reino da Ibéria. A corrida pelo novo mundo ganhou concorrentes, e a Europa voltou-se para a grande descoberta, obrigando o Papa, reconhecidamente a autoridade respeitada e determinada, a expedir uma Bula, conhecida como o Tratado de Tordesilhas, dividindo o Novo Mundo entre Lusos e Espanhóis. Com as Tordesilhas começaram as dificuldades de fronteira e as nossas limitações territoriais cruzaram os tempos, com resquícios que ainda se refletem no contexto sul-americano. O Brasil foi se dimensionando chegando-se próximo aos Andes, alcançou o pampa gaúcho, e por pouco, não chegou ao Caribe. Nesse passo torna-se importante referir, que o acontecimento de maior vulto da história brasileira, ocorreu em 1808, com a chegada de Dom João VI, um marco importante, outorgando à antiga colônia o pomposo nome de REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES.





CHEGADA DA FAMÍLIA REAL

A vinda da família real trouxe uma série de vantagens em todas as áreas consideradas de vital importância para o melhoramento do Brasil, que estava necessitado de um empurrão para iniciar o novo *status* de Reino, com as condicionantes necessárias de infraestrutura que seriam capazes de incentivar o desenvolvimento. O Brasil deixando de ser colônia e tendo ao lado hispânicos não muito pacifistas, urgia de um Exército e uma Armada, não só para a manutenção da ordem, mas para a própria integração territorial. Nesse contexto, a Monarquia já contava com uma distribuição de Fortes, Fortalezas e aquartelamentos distribuídos pelo país, obra da visão estratégica do Marques de Pombal, que fortaleceu as áreas tidas como importantes para a segurança da Colônia, no final do século 17, antevendo o que o futuro poderia trazer para a Casa Real Portuguesa. Dentre essas instalações há de se registrar os Fortes: Príncipe da Beira, Coimbra, Amapá, São José, São João, Rio Branco e Rio Pardo, distribuídos, não só quanto às posições geográficas, mas, também, como um motivo de intimidação aos vizinhos de Castela. Não nos cabe, nas presentes considerações, analisar a decisão da Corte Portuguesa de se instalar distante da *fervente Europa*, fazendo do país dos Brasis, a sede de uma Corte originária de Habsburgos, Bourbons e Braganças. As tropas regulares da segurança do reino acompanharam D. João VI e, especialmente, a Marinha, que aqui chegou plena





Ensaio 7

da sua capacidade operativa. O exército iniciou a sua atividade nas mãos de homens de uma profunda intelectualidade, já que, com a Corte, o Brasil recebeu militares de alta graduação, capacitados professores nas áreas das matemáticas, física e instrução militar; homens que passaram a fazer parte do corpo docente da Academia Real Militar, criada para a formação de oficiais do exército e engenheiros. Essa Academia foi o embrião da criação dos cursos de engenharia no Brasil, instalada no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro, e, na atualidade, tem a honra de abrigar a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os Guardas Reais, Fuzileiros Navais e o quadro de professores dedicados à formação de oficiais para as tropas, evidenciavam a preocupação de manter em nível elevado os militares imperiais. Como se vê, o exército, desde os primórdios, sempre foi considerado, mantendo uma estrutura capaz de manter a Monarquia nos padrões exigidos pelas atividades da Coroa nas terras brasileiras. A Marinha, além de ter sido a responsável pelo traslado da Família Real, aqui chegou com toda a sua estrutura, mantendo as regras de Sagres - o orgulho dos marinheiros portugueses.





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

INDEPENDÊNCIA

Embora o Brasil respirasse os ares de uma Monarquia, as dificuldades envolviam a administração pública, que, numa visão progressista, viu-se obrigada a criar o Banco do Brasil, Casa da Moeda, Junta Comercial e Casa de Suplicação, estruturas que facilitariam as movimentações dos novos súditos, ainda distantes de um convívio metropolitano. Esses comedimentos despertaram a consciência do brasileiro, que entrou numa perspectiva inovadora: o surto de brasilidade. A abertura dos portos facilitou os contatos além-mar, e o brasileiro sentiu que podia orgulhar-se da sua nacionalidade. Devido a pressões originárias da antiga capital, Lisboa, aliadas a problemas de sobrevivência dos Braganças, o velho Imperador sentiu-se na obrigação de retornar a Lisboa, após quinze anos, entregando o Reino ao seu filho D. Pedro como Príncipe Regente. Comenta o historiador e jurista Ralph L. Pinheiro, na obra *História Resumida do Direito*, 5ª Ed., Thex Ed. LTDA, 1976, pg 103, *...a impressão causada com a saída de D. João VI era a pior possível. Abriu-se um vazio, pois a vinda da Casa Real trouxe indiscutíveis vantagens em múltiplos setores.* Nessa situação, entendiam os homens grados que D. Pedro I era muito inexperiente e aventureiro. Todavia, o jovem Monarca valeu-se da proficiência do Conde dos Arcos que muito ajudou a Coroa no campo fiscal, com legislações atualizadas, cortes orçamentários, consagrando direitos individuais, fatos que melhoraram a figura do Monarca. As cortes Lusas, com D. João VI em Lisboa, começaram a incomodar, extinguindo alguns Tribunais, com um





Ensaio 7

evidente sentido de *recolonização*. Foi determinado, tempestivamente, o regresso do Príncipe a Portugal. Tornou-se genérica no seio da população o *não retorno de D. Pedro a Portugal*. Após muitas reuniões com o a figura lendária de José Bonifácio da Andrade e Silva, o Monarca decidiu, em 9 de janeiro de 1822: *Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico*. Com as notícias cada vez mais difíceis nas relações Brasil/Portugal, numa viagem a São Paulo, D. Pedro I recebeu um mensageiro de José Bonifácio com relatos e decisões tidas como imperativas da Corte Lusitana. O momento foi suficiente para que se inflamasse, tomasse uma atitude e exclamasse: *Independência ou Morte!* Corria o ano de 1822. O Brasil tornou-se uma nação. Ao viver o país essa nova posição política, sentiu, a Monarquia, a urgência na estruturação do exército nacional que, utilizando os meios já existentes, manteve a formação dos seus pares na Academia Real Militar do Largo de São Francisco. Leonardo Trevisan, no seu livro *O Pensamento Militar Brasileiro*, Ed. Global, 2ª Ed. 1987, pg 10, comenta que o exército era *um ramo da aristocracia*, e quem se interessava pela carreira das armas, para o posto de Cadete, bastava origem nobre e posterior formação na Academia Real. Preocupado com as fronteiras, notadamente as sulinas, foi criada a Guarda Nacional, em Lei Específica, possibilitando que os proprietários de terra pudessem ter postos idênticos ao exército regular, com as mesmas *nobrezas das tropas de linha*. Na obra *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, citada por L. Trevisan no seu livro, consta que os *militares eram mal remunerados e recebiam atrasado*, fato este que mostrava uma relativa indiferença da





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

Coroa com os militares. As posições acima desenvolvidas qualificavam os fardados nas primeiras décadas da Monarquia, quando os enfrentamentos ainda não se dimensionavam, e as dificuldades eram de pequena monta. Emergem, assim, análises comportamentais do soldado brasileiro, nas rotinas do dia-a-dia das fortificações e quartéis que se distribuía pela vastidão do Império. Avulta, de imediato, que o exército buscava a sua identidade, formava e qualificava seus homens, inserido no contexto monárquico sob a égide do Ministro da Guerra.







O CONSTITUCIONALISMO E A MONARQUIA

O Monarca trazia na sua essência as habilidades da descendência de Avis, entendendo a necessidade de um alinhamento com a classe política, onde, a maioria, graduada na Europa, sonhava com os arroubos do liberalismo, que já chegara à América, eivado das ideias dos peregrinos da Virgínia e dos vitoriosos da Bastilha. A Independência, obrigatoriamente, teria que se coadunar com uma Carta Régia. A Constituição era premente e o jovem Monarca deu os passos iniciais na busca da efetivação da Grande Lei, que colocaria o Império no patamar das grandes nações. Os políticos, conforme refere Ralph L. Pinheiro, *História Resumida do Direito*, 5ª Ed. 1976, pg105, *...não confiavam em D. Pedro I...que bem poderia interessar-se pela ideia do Reino Unido*. O Imperador dissolveu a Assembléia, que estudava a minuta de uma Constituição, a qual não agradava o jovem Monarca, cercando o Colegiado com tropas do Exército. Esse comentário se faz importante, e mostra a primeira intervenção da força regular em assuntos do Estado. Após a o fechamento da Assembléia, o Imperador determinou que o seu Conselho de Estado, estudasse um novo Projeto de Constituição. Nesse passo, Dom Pedro I orientou os Conselheiros, que seguindo os ditames do Monarca redigiram a tão sonhada Carta Magna, que, outorgada em 25 de março de 1824, foi o primeiro documento Constitucional do Brasil. No texto da Carta Política surgiu um instituto absolutista que causou incômodo aos constitucionalistas de então: o





Ensaio 7

Poder Moderador. Esse dispositivo carimbou o absolutismo, característica dos monarcas que não abriam mão da posição de liderança, e da necessidade de manutenção da cadeia monárquica. Ficou claro que consolidada a Independência, o Imperador contava com o Conselho de Estado, que, como se sabe, era totalmente submisso à sua tempestividade. Como se vê, o absolutismo, acompanhando as tradições monárquicas, persistiu na alma do jovem reinante. Corria no seio da intelectualidade que a nação sentiu-se surpresa com o arbítrio da Carta Régia, levando o culto e inteligente político Cipriano Barata a blasonar: *Os habitantes do Brasil desejam ser governados e não se submeter ao arbítrio... e o país não tem dono*, afirmações estas que encontramos na obra *A vida de D. Pedro I*, (José Olímpio, 1954, p. 601). Posto assim, soa claro que o Império contava com pensadores liberais, seguidores das teses publicistas dos peregrinos da Virgínia e dos sonhadores da Bastilha. Merece uma consideração especial a formação dos militares sob a égide da Monarquia. As tropas buscavam sua identidade, e o Comandante das Armas do Sul, sempre envolvido em disputas de espaços não bem dimensionados com os vizinhos de Castela, sempre lutou pelas fronteiras do Império que, como sabemos, desenhou o Rio Grande do Sul e a Cisplatina.

A Província Cisplatina foi perdida, posteriormente, por decisão do Rei da Itália, designado Árbitro para essa antiga pendência, por Bula Papal. O soldado imperial manteve sua formação em áreas determinadas, sendo que o sul concentrou a instrução militar, no Forte em Rio Pardo, que, desde 1458, acantonava Cadetes e os conhecidos "Dragões do Rio Pardo".





GUERRA DO PARAGUAI

O novel Exército, sob a ótica política dominante, buscava sua afirmação como tropa regular, sem maiores respaldos da monarquia, podendo-se comentar que o grande José de Alencar, Senador vitalício, não concordava com gastos militares, afirmando, em seus cadernos que, *não havia clima de confrontação que justificasse gastos militares*. Essa posição caracterizava o descaso que políticos do Império tinham com os militares. Todavia, celeremente, a história contrariou a postura do ínclito Senador: a Guerra do Paraguai (1865-1870). O país precisava de um Exército com efetivo e armas para uma guerra de verdade. Encontramos L. Trevisan, na obra *O Pensamento Militar Brasileiro*, (Global Ed. 2ª Ed. 1987,pg 10), a informação da urgência com que o Exército foi reestruturado, passando de 19000 para 100000 homens , em curto espaço de tempo. A tropa mostrou-se aguerrida nos embates sulinos, voltando cheia de glórias, com os primeiros heróis pátrios: Caxias; Sampaio; Osório; Tamandaré; Barroso; Marcílio Dias; e outros. A guerra desenvolveu um espírito de corpo nos militares que voltaram melhor estruturados, orgulhosos das vitórias na campanha. A Marinha manteve-se dentro das antigas tradições de Sagres, dominando o Rio da Prata, com méritos para a Batalha de Riachuelo e o domínio da via navegável. O exército encontrou a sua postura, criando a imagem do soldado que se sobrepôs a *todas as privações e sacrifícios, mantendo o amor à Pátria*, afirmações estas de L. Trevisan, já citado no presente trabalho.

Caxias, Comandante das tropas em campanha, foi





Ensaio 7

questionado pelo Senador Zacarias Góis, do Gabinete Liberal do Império, quanto à condução da guerra. Caxias reagiu veementemente e, pela primeira vez na história militar, a Monarquia prestigiou o Exército, apoiando o Comandante em Chefe das Tropas em combate. O inquisidor Zacarias perdeu sua posição. Este fato, eivado de cunho político, pautou a vitória de Caxias e, segundo o historiador Buarque de Holanda, os soldados passaram a ser considerados no seio monárquico, vistos como a massa confiável de homens denodados ao serviço da Pátria.

Corria no meio militar uma relativa desconfiança e apreensão com o Príncipe consorte, o Conde d'Eu, que substituiu Caxias nas operações da conquista de Assunção. A tropa considerava o Príncipe Consorte inexperiente e sem as condições inerentes a um oficial de Estado Maior. Constava, ainda, que o acentuado sotaque gálico do Príncipe, não era de todo agradável à oficialidade, que tinha em Caxias o grande condutor das vitórias platinas. É nesse contexto que os militares expedicionários começam a respirar novos ares, com novas posições nas ideias de nacionalidade. Os feitos da Bastilha e a Declaração de Virginia contaminavam os fardados mais intelectualizados. São os primeiros sinais de insatisfação com a Monarquia, e uma luz muito tênue de aspirações republicanas, que começou a minar o meio militar.





REPUBLICANISMO

A tropa vitoriosa da nossa primeira luta armada trazia, em sua bagagem, uma ânsia de jacobinismo, tão em moda em França e nos Americanos da Virgínia. Não demorou muito e a Escola Militar da Praia Vermelha começou a ocupar espaços na intelectualidade militar, ensaiando os passos iniciais do *sonho republicano*. Na íntegra, os ensinamentos de Augusto Comte, o filósofo Positivista, aportaram à Praia Vermelha, pelas mãos inteligentes de Benjamin Constant, coronel professor dos Cadetes de então, eivado dos princípios doutrinários da linha de pensamento Comtiano. Observa-se, assim, que nas barbas da Corte, em plena capital do Império, que a República começou a dar os seus ares. A mocidade militar imaginava constituir uma elite, calcada nos seus méritos intelectuais e morais, com uma assertiva que passou a ser um bordão nas palavras de Sergio Murilo (Exército e Política - Tese de Doutorado, UFF, 2005) *...os políticos eram essencialmente imorais e corruptos enquanto os militares eram moralmente sadios e patriotas*. O positivismo pregava o progresso através do que a ciência postulava, e integraria o Brasil às nações desenvolvidas. Os jovens militares entendiam, também, que a posição científica do positivismo ao lado dos sonhadores republicanos civis, confessos admiradores de Locke, Montesquieu e Rousseau, firmavam um alinhamento cultural muito expressivo que, ao lado de Rui Barbosa, deixava a Monarquia com os dias contados.

Todavia, não há como olvidar os abolicionistas, alinhados ao republicanismo, revoltados com a tradição





Ensaio 7

escravagista, incrustada na vida brasileira. Um acontecimento inusitado ascendeu uma insatisfação nas casernas: a fuga de escravos das Fazendas de Café, do interior paulista para o litoral, que ensejou uma orientação do Conselho de Estado, que determinava ao Exército, a busca dos fujões. Nesse episódio, vamos encontrar em L. Trevisan, em obra já referenciada, que a cúpula militar *...se negara a cumprir ordens de captura de negros fugitivos das Fazendas de Café, do interior paulista para o litoral*, afirmando, ainda, que o soldado não era *Capitão do Mato*, apelido, tradicionalmente conferido aos caçadores dos trãnsfugas das propriedades rurais. Soa claro, após esses comentários, que a República estava dedilhada. Com a morte de Caxias, buscava-se um nome para substituí-lo. Deodoro, comandante das armas do sul, embora não fosse um Comtiano, era uma liderança inconteste; aproximou-se de Benjamin Constant e passou a comungar com os princípios dos mestres da Praia Vermelha. A República aumentava os seus passos. Finalmente, Deodoro concretizou o sonho republicano, em 15 de novembro de 1889, levando o Brasil ao patamar das nações seguidoras de Rousseau, Montesquieu e os arautos vencedores dos direitos humanos, na Gália e América do Norte. Nasceu a nossa República respaldada pelo Exército, sob uma capa Positivista, para gáudio da intelectualidade sonhadora, que se considerava representante do povo, da ciência e dos jovens militares.

Promulgada a Constituição, a mocidade fardada, vitoriosa nas suas posturas, orgulhava-se da titulação de *guardiões do novo Brasil*. Como pairava no meio dos sonhadores Comtianos uma preocupação com *caudi-*





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

lhismo, entenderam os homens de Benjamin Constant, da conveniência de um modelo tutelador, capaz de posicionar civis e militares na administração das áreas desenvolvimentistas, respeitadas as acepções positivistas. As ideias de Comte passaram a ser um ingrediente de cunho cultural, tipificando a *Consciência Republicana*.

A frase – ORDEM e PROGRESSO – laureou, definitivamente, o Pavilhão Nacional. Todavia, circunstâncias inesperadas fizeram o governo Deodoro relativamente curto, não só por problemas da saúde do macróbio General, mas, também, por contingências políticas inesperadas. Abalado politicamente e com dificuldades físicas, viu-se na contingência de transferir o poder ao seu Vice, Floriano Peixoto. Floriano, na sua nova posição, buscou governar dentro de uma característica conhecida como *ultra nacionalista*, pautada numa programação considerada modernizadora, que passou a enfrentar críticas de setores da sociedade brasileira.

Sombreado por estas avaliações, os governos eleitos no início do século XX, envolveram-se em atividades *conhecidas como questionáveis*, alertando a oficialidade jovem, nos postos iniciais do Exército que, inconformadas, passaram a clamar por melhorias e mais seriedades na condução da Republica. Começa, assim, a nascer, no meio militar, recrudescimento e insatisfações quanto à honestidade e a moralidade das autoridades constituídas. A história, sempre presente nas suas avaliações, encontrou uma terminologia para estas inquietações castrenses - TENENTISMO, OS DEZOITO DO FORTE E A COLUNA PRESTES. Vamos buscar entender esses movimentos patrióticos, nos quais jovens soldados consideravam-se fiadores da seriedade e honestidade, de que tanto a Pátria necessitava.







REPUBLICANIZAR A REPÚBLICA

Fomos buscar na Tese de Doutorado de Sergio Murilo Pinto, Exército e Política (UFF-2005), estudo voltado para as realidades, sonhos e perspectivas militares, a titulação acima - *Republicanizar a República*. Esse foi o ousado jargão utilizado pelos militares de baixa patente, inconformados com os condutores do Poder, uma vez que, há muito, ansiavam por mudanças políticas, administrativas, orçamentárias e eleitorais.

Ocorre que as primeiras mazelas começaram a tomar corpo no dia-a-dia da nação. Nasceu uma interessante nuance no contexto republicano: *os ricos Cafeeiros Paulistas*. Esses produtores, aliando-se aos grandes pecuaristas e usineiros nordestinos, face às facilidades em conduzir o eleitorado circundante, firmaram-se como oligarcas. Dominavam as campanhas eleitorais, preocupando o todo social com manobras políticas eleitorais, distantes da ética e dos bons costumes. Esses comedimentos chegaram ao conhecimento do governo, configurando a primeira crise na cúpula dirigente. Essas atividades políticas passaram a ser conhecidas pela alcunha de CORONELISMO. Os militares que ansiavam pelas reformas já nominadas, buscaram uma maneira de se sobrepor ao novo comportamento, quando, uma atividade renovadora no espírito dos "meninos soldados", começou a tomar corpo - TENEN-TISMO. Os tenentes julgavam-se fiadores da seriedade e honestidade que a nação tanto necessitava. Nesse patamar *os meninos soldados* entraram na história, organizados





Ensaio 7

e consubstanciados no ousado TENENTISMO. Qual seria a melhor explicação para entender o movimento *jovial militar*? Nesse ponto vamos nos valer de uma posição do grande Barão do Rio Branco que, com a sua incontestada liderança, aconselhou Floriano Peixoto a aprimorar a profissionalização dos nossos militares, lembrando que, na Europa, as tropas Prussianas orgulhavam-se dos seus militares, ligados e orientados nos princípios do estrategista Clausewitz. O governo, seguindo a orientação de Rio Branco, determinou que brasileiros estagiassem na Escola Militar Alemã. No rol destes militares treinados na Alemanha, encontramos Cadetes como Góes Monteiro, Felinto Muller, Euclides de Oliveira Figueiredo, Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger, João Alberto, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes e outros. Salta aos olhos, na presente relação, que o Brasil mudou, na atuação destes determinados soldados que, nos movimentos políticos em que se envolveram ajudaram a traçar novos caminhos, que continuam a exercer influências até os dias presentes. Esses oficiais passaram para a história com a interessante denominação de *jovens turcos*, epíteto este, relativo a uma movimentação ocorrida na Turquia, no início do século XX, patrocinada por militares otomanos e considerada uma verdadeira renovação no cerne do país. O aparecimento de atividades *conhecidas como questionáveis*, alertaram, também, os nossos *jovens turcos*, inconformados com a condução republicana, que começava a *fazer água* no jargão das cavalaria e tarimbas dos quartéis. Começaram a recrudescer manifestações quanto à honestidade e a moralidade





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

dos homens do governo. A consciência republicana, em ebulição, clamava por um respaldo que purificasse a *tão sonhada República Brasileira*. A mocidade militar, totalmente inebriada, com a noção de defesa das fronteiras, melhoria da tecnologia e da capacitação econômica da nação, sentia-se traída, nos seus anseios de progresso e austeridade. Esses princípios, difundiam-se no ensino militar, na nova Escola Militar no Realengo, ativada em 1911, após o fechamento da Praia Vermelha, em 1904, por insubordinação, face o envolvimento dos Cadetes no famoso *episódio da vacina*, colocando-se ao lado da população, que não aceitava a determinação da Saúde Pública. Os oficiais cursados no Realengo, a partir de 1911, captaram as posições dos instrutores *jovens turcos*, inebriaram-se com as ideias de Clauzevitz, adaptaram-se aos novos propósitos de modernização no campo político, econômico, técnico e desenvolvimentista. Esses inquietos oficiais, não aceitavam conexões com os Generais em funções de Comando que, além de envolvimento com o malfadado CORONELISMO, mostravam-se corruptos, oligarcas, bacharelescos e viciados com a imoralidade e vantagens encontradas com os Administradores Públicos. O espírito de contestação destes homens entrou na história, como os grandes influenciadores do processo político brasileiro. Segundo L. Trevisan (pg 26), já nominado, *a primeira guerra deixara uma esteira de pessimismo e desordem que, de um modo ou de outro, traduziu-se em ebulição, eferescência de ideias e pedidos de mudança...* A história do soldado, no Brasil, encontrou no TENENTISMO, além de uma grande força de moralização no campo político, mudanças nas





Ensaio 7

atividades castrenses, destacando-se o treinamento e o ensino na formação dos Cadetes. Os regulamentos militares foram reestruturados e a noção de planejamento, no campo tático e estratégico, consubstanciou os estudos no nível Estado Maior. A criação de uma revista - A Defesa Nacional - facilitou, no seu contexto, o estudo de matérias relativas à mobilização, às fronteiras e ao sonho de uma indústria siderúrgica. Cabe lembrar que, por anos, o secretário-editor dessa revista foi o General Castello Branco, que jamais imaginaria, o que o futuro lhe reservaria. Torna-se interessante coletar junto ao comentário acima, uma posição do Barão do Rio Branco, recentemente posta a público na coluna de Merval Pereira, no jornal O Globo, na qual, a visão deste grande brasileiro muito se aproximava do TENEN-TISMO, quando escreveu nos seus cadernos:

Minha aspiração - sem pretender chocar os que lerem essas minhas memórias desabusadas, algumas décadas para frente - é que o Brasil possa dispor no futuro de homens políticos mais bem preparados, tribunos competentes e educados, estadistas comprometidos com a dignidade das causas nacionais, sem nódoas de corrupção, sem o peso da ignorância abissal que, infelizmente, ainda marca muitos dos aventureiros e oportunistas que se alheiam de cargos públicos, muitas vezes, por razões inconfessáveis.





CINCO DE JULHO DE 1922 – OS 18 DO FORTE –

Chegamos ao conhecido movimento dos *18 do Forte*. Tenentes, do efetivo do Forte Copacabana, liderados por Eduardo Gomes, acompanhados por alguns soldados e um civil, sublevaram-se, enfrentando as tropas governistas sob a legenda de *...morrer em nome dos ideais...* As forças legais dominaram os revoltosos, mas a chama TENENTISTA se acendeu, chegou às ruas e deu início a uma nova dimensão nos anseios do espírito republicano, encantando a jovialidade dos oficiais, motivados pela ousadia de Eduardo Gomes que, conduzindo uma parcela de companheiros, enfrentou as armas do governo. O episódio de Eduardo Gomes criou a legenda indispensável à reformulação republicana. A sociedade necessitava, urgentemente, de disciplina ao lado de acepções nacionalistas, modernas e autoritárias, como ocorria no mundo europeu. O reformismo mostrava-se necessário; as oligarquias tinham que ser afastadas, o que viabilizaria a mobilização de recursos técnicos, reformas no Ensino Público, modificações no sistema eleitoral (voto de cabresto) e o reequipamento do Exército e Marinha de Guerra, no afã de se fazer do Brasil uma grande nação. O sistema *coronelesco* transformou o Chefe da Nação, conforme passaram a entender os *jovens turcos*, no patriarca dos oligarcas. O exemplo que mais impulsionava os sonhadores *meninos de farda* chegava da Alemanha que, a olhos vistos, recuperava-se da derrota na Primeira Grande Guerra de 1914. E não demorou muito, eclodiu uma nova insurreição, Coluna Prestes.







COLUNA PRESTES

O movimento contou com líderes políticos de origens diferenciadas, especialmente os irrequietos Tenentes que, no entendimento de uma parcela da sociedade, representavam um novo tipo de pensador republicano – O SOLDADO CIDADÃO.

O conceito de desenvolver o Brasil a qualquer preço, esteve sempre presente, com o TENENTISMO. Vamos nos valer das afirmações de Juarez Távora no livro, *Uma Vida e Muitas Lutas*, (I vol., José Olympio Editora, Rio, 1973, p.94), que disse - *...havia uma opressão desconhecida sobre as populações. Desinteresse pelos problemas políticos, a murmuração quanto as personalidades em evidência, o espírito de oposição sistemática, a repulsa às medidas governamentais eram denunciadores de uma divergência profunda e indelével entre os nossos dirigentes e as populações dos centros urbanos mais consideráveis*. A Coluna se consolidou no histórico encontro em Foz do Iguaçu, em abril de 1925, evento este, que selou as duas frentes de oposição; a paulista liderada por Miguel Costa e a sulina sob o comando Luiz Carlos Prestes; com a consequente união das forças que deram início às hostilidades. Com vistas a entender os líderes da insurreição, iniciaremos por Juarez Távora, percebido como condutor político do movimento; Cordeiro de Farias, considerado o grande articulador; Luis Carlos Prestes, revelando-se o grande estrategista; Filinto Muller; João Alberto e Siqueira Campos, responsáveis pelas alas armadas no correr das operações. Nos modestos enfrentamentos com tropas governistas, os revoltosos mantiveram o itinerário estabelecido, já que as obstruções armadas, inteligentemente, eram contornadas.





Ensaio 7

Os amotinados, que somavam 1500 homens, percorreram vinte e cinco mil quilômetros do sul ao nordeste, no período de dois anos, de 1925 até 1927, sem uma efetiva oposição das forças federais. A senda revolucionária acabou por se infiltrar na Bolívia, sem resultados plausíveis, capazes de justificar os ideais da sonhada integração nacional, não só nas concepções políticas tenentistas, mas nos ditames da Bastilha e da Declaração de Direitos da Virgínia, a grande força moral dos peregrinos do norte. Como se vê, o Estado forte sonhado pelo TENENTISMO, não conseguiu ser desenhado. A Coluna Prestes, na palavra de historiadores, buscava, veementemente, reagir aos oligarcas incrustados no Executivo, condutores de uma situação política e social, que fugia dos sonhos dos antigos mestres da Praia Vermelha. Restou, assim, uma "mística salvacionista" que, na visão L. Trevisan, buscava "moralizar o Exército e com ele o Brasil". Torna-se imperioso comentar a desenvoltura desses revoltosos que, mantendo, inteligentemente, distanciamento da tropa regular, seguiram suas sonhadoras trilhas no afã de "salvar a Pátria". Na desenvoltura da Coluna um princípio castrense merece ser ressaltado: o planejamento em nível de Estado Maior, orientado pela inteligência de Luiz Carlos Prestes, um gênio militar incontestável. Todavia, quando Prestes mostrou a sua posição Marxista, os companheiros da Coluna, de imediato, afastaram-no do movimento. Há uma avaliação de historiadores, referida na Tese de Doutorado de Sergio Murilo Pinto, (UFF,Niterói,2005), que entende a marcha desses revoltosos pela hinterlândia brasileira como a primeira atividade guerrilheira na história da humanidade. O misticismo dos TENENTES, finalmente, foi coroado com a Revolução de 1930.





REVOLUÇÃO DE 1930

Uma sonhada oportunidade foi de encontro aos sonhos dos condutores da histórica rebelião TENENTISTA. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, chegou como uma determinação – reconstruir a nação. Convidados a ocupar espaços na estruturação do Governo Provisório, nos Estados e áreas públicas, a cúpula da Coluna Prestes, passou a ser parte importante dos revolucionários sulistas.

Os TENENTES estavam suficientemente amadurecidos para o exercício do governo. Nesse contexto, os nomes de Juarez e Cordeiro de Farias, de imediato, encontraram o aval dos vencedores de 1930.

Os políticos oligarcas perderam seus espaços. O liberalismo já vinha desfalecendo e a *velha república* bacharelesca, corrupta, irresponsável, mantinha-se longe dos sonhos dos jovens militares, que imaginavam desenvolver o Brasil a qualquer preço. Vargas e Osvaldo Aranha conduziam, com mão de ferro, a estrutura que se fazia necessária à implantação da nova administração revolucionária. Na preocupação da condução das tropas vencedoras e na reformulação do Exército, um nome emergiu incontestável: Goes Monteiro. Goes, considerado por seus pares, um líder nato, inteligente, ousado, culto, conhecedor das artimanhas oligárquicas, ficou com a responsabilidade de reformular o Exército. De imediato, com a responsabilidade de condução das armas, apresentou a Getúlio e Osvaldo Aranha uma solução *eminente autoridade e centralizadora*, bem ao gosto dos Tenentes. Exigiu, ainda, *total controle militar*, com o domínio pleno das atividades militares.





Ensaio 7

Essas referências encontramos em L. Trevisan, (pg 30), obra já recorrida por este articulista, onde, a moldura das posições de Goes são apresentadas como típicas de *um jovem turco*, ensejando obediência rígida e a mais estrita confiança nos seus procedimentos. Goes contava com a oficialidade formada na Escola do Realengo, fiéis seguidores da teorética do TENENTISMO. Valendo-nos, mais uma vez, do historiador Sergio Murilo Pinto, segue a ementa de sua Tese, que muito ajudará a entender as posições do grande militar.

Instrumento de força da soberania nacional, o Exército é um órgão essencialmente político...deve fazer a política do Exército e não a política no Exército. A política do Exército é a preparação para guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional. Essas ideias constituem parte da essência do pensamento político do General Pedro Aurélio de Goes Monteiro (1889/1956) que, especialmente durante a década de 1930, formulou uma verdadeira doutrina de segurança nacional, a Doutrina Goes, que considero... uma síntese do pensamento militar...

Observa-se, após a leitura do texto acima, que o país estava se adaptando às ideias de Goes e do sonho do *soldado cidadão*, que considerava o liberalismo bacharelesco, totalmente ultrapassado e distante dos ideais tenentistas. Inconformados com as práticas políticas dos oligarcas paulistas e mineiros, o movimento de trinta chegou, se instalou, criou raízes, acompanhou a política nacional na década de trinta, quarenta e, na sua desenvoltura, chegou até 1964. Com vistas a um melhor entendimento dos Tenentes envolvidos nos eventos revolucionários de 1918, 1922, 1925, 1927





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

e 1930, cabe conhecer estes protagonistas, cada um de per si, comentando-se, os passos desses militares no correr dos tempos, o que ajudaria e facilitaria a desenvoltura das nossas considerações. Juarez Távara: revolucionário, *jovem turco*, escolhido Ministro dos Transportes no Governo Provisório, foi candidato à Presidência da República (derrotado), criador da Escola Superior de Guerra, escritor de obras do interesse público e corresponsável pelo movimento de 1964. Cordeiro de Farias: revolucionário, *jovem turco*, ex Governador do Rio Grande do Sul, um dos criadores da Escola Superior de Guerra, lutou na Itália com a Força Expedicionária, juntou-se ao movimento de 1964; Felinto Muller: revolucionário, *jovem turco*, exerceu a chefia da segurança pública por longo período, com o permanente aval de Getúlio; Eduardo Gomes, revolucionário, *jovem turco*, líder dos 18 do Forte, criador do Correio Aéreo Nacional, líder Aeronáutico, ex Ministro da Aeronáutica, Patrono da Força Aérea Brasileira, foi candidato (derrotado) à Presidência da República; Humberto de Alencar Castelo Branco: revolucionário, não cursou a Escola Alemã, homem de letras, dirigiu por anos a revista A DEFESA NACIONAL, onde defendia a ideia de mobilização nacional, a preparação militar acurada, a necessidade de recursos técnicos, econômicos e estratégicos; lutou na Itália com a Força Expedicionária, consagrando-se como um grande estrategista; colaborou na criação da Escola Superior de Guerra; primeiro Presidente da República na Revolução de 1964, o que nos enseja citar trecho de matéria constante no (Ensaio-3. pg.35, Ed. Revista Aeronáutica, 2011), da lavra deste articulista onde se





Ensaio 7

lê: *...palavras de Castelo em 1963...a Democracia era o fator decisivo da paz social...os Direitos Fundamentais do homem seriam os responsáveis pelo equilíbrio social e o próprio funcionamento das instituições.*

Todos estes referendados sentiam-se integrados, nos sonhos do *SOLDADO CIDADÃO* e fiéis seguidores das posturas da *Doutrina Goes*. Torna-se importante comentar que Sérgio Murilo Pinto, Leonardo Trevisan e Lourival Coutinho respaldam nossa posição. A *Doutrina Goes* continuou a sua caminhada, cresceu na permanente esperança de um posicionamento no todo nacional.





ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

A nova unidade de Altos Estudos, identificada pela sigla ESG, começou suas atividades com uma mística diferente: congregou, na sua estrutura, civis e militares. A Marinha, Exército e Aeronáutica, ao lado de *paisanos*, originários da Alta Administração Pública, incorporaram-se, e uma nova visão passou a consubstanciar os discentes da ESG, que começaram a olhar o Brasil sob uma ótica diferente. Essa união num centro de estudos, chamada por muitos de *templo cívico*, reuniu, pela vez primeira, Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Juristas, Engenheiros, Médicos, Parlamentares, Economistas, num mesmo ambiente acadêmico, criando uma inovação, com resultados expressivos de sucesso, onde, a harmonia e a inteligência deste seletivo corpo de alunos, muito produziram em prol do desenvolvimento pátrio. Os reflexos da atuação da ESG, mais uma vez, consagraram os "TENENTISTAS" Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Castelo Branco, idealizadores da operosa instituição. Presentes, como sempre, estes revolucionários tradicionais, contribuíram, de forma contundente, nas discussões levadas a efeito nos campos da política, estratégia, psicossocial e castrense, onde, pensamentos de Goes Monteiro foram reconhecidos, e a noção de Segurança e Desenvolvimento passou a ser um ponto pétreo na Doutrina Esguiana. Torna-se interessante comentar que vinte anos antes da fundação da ESG, conforme comentários de Eliezer Rizzo de Oliveira, citado por Sergio Murilo em sua Tese,





Ensaio 7

(UFF, Niteroi,2005) Goes Monteiro escrevia na sua Doutrina *...a sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares, condicionam a política de segurança nacional... servindo de base...as ações de todos os elementos civis e militares, responsáveis pela formulação e execução da política de Segurança Nacional.* À época, as tarefas apresentavam-se um tanto complexas, e o país, após a vitória dos aliados na II Grande Guerra, mostrava-se ansioso com o seu desenvolvimento, notadamente quanto à industrialização, siderurgia e comunicações. Os *jovens turcos*, partícipes na condução dos estudos, sentiram que chegara a hora da efetivação dos velhos sonhos Tenentistas. Sobreveio uma posição de independência intelectual, envolvendo a ESG às concepções inteligentes de Goes. Nesse passo nasceram os Objetivos, intransigentes, com uma estreita preocupação de *...cristalizar os Interesses e Aspirações que, em determinada fase da sua evolução histórica cultural, a Nação busca satisfazer* (Doutrina,ESG,Rio de Janeiro,1989,pg.50). Nesse entendimento doutrinal o corpo de estagiários procedeu às suas avaliações que se distribuíram por planejamentos sempre voltados para o sonhado desenvolvimento. De longe, como herança Tenentista, desenhava-se a urgente e imediata ocupação dos vazios do território nacional e faixas de fronteira, onde as Forças Armadas seriam o grande elo da integração territorial, distribuindo-se gradativamente nos espaços determinados, levando a Bandeira, a Soberania e a Segurança, valores que de há muito se faziam necessários. Ficou claro, que a partir de 1948, a Federação, os Estados e Empresas





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

Públicas valeram-se dos estudos da ESG, considerados didáticos, desenvolvimentistas e de um cunho patriótico fascinante, fato que despertou no mundo civil não só admiração, mas o sonho de participação no corpo de estagiários da Instituição. Essa visão mostra a ESG, no longo período da sua atividade, como uma instituição digna de todos os encômios, não só pela precisão dogmática, mas também pela doutrina de Segurança e Desenvolvimento que, nos estudos conduzidos, harmonizou as prioridades tidas como imperiosas no dia-a-dia da Republica. À sombra dessas apreciações, sentimos obrigados a dedilhar as verdades dos estudos da ESG que, no ordenamento da sua Doutrina (ESG, Rio de Janeiro, 1989, pg45), trilhou a ética e a moralidade nas coisas públicas, fundamentos estes incrustados na síntese de Goes, que se adjudicaram à corporação. Há um fenômeno no desempenho das atividades da ESG, que merece uma consideração específica - A ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). Essa entidade, criada, dirigida e orientada por antigos estagiários, instalou-se em algumas capitais da Federação, efetivando um permanente contato cultural, doutrinário e desenvolvimentista, bem ao caráter do espírito Esguiano. A ADESG, nessa dimensão, ampliou a sua participação no todo nacional, alcançando alunos distantes da sede, espriando suas mensagens pela Federação, considerada e participativa no seio das coletividades onde se instalou. A ADESG, corolário da casa mãe, persistiu no tempo, mantendo-se nos dias que correm como a herdeira do saber doutrinário da Escola Superior de Guerra. Com arrimo nas presentes análises, soa claro, o quanto a





Ensaio 7

ESG representou na República e no dia-a-dia da nacionalidade. Todavia, no exercício da democracia, há que se respeitar *resultados eleitorais*, quando vitoriosos chegam à administração, envolvidos nas suas visões ideológicas. Essas notórias mudanças ocorreram nas eleições de 2004 e 2008, guindando ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das consequências políticas da vitória dessa agremiação redundou na criação do Ministério da Defesa, fato que ensejou a subordinação das Forças Armadas a um Ministro Civil. Assim, a partir das posturas da linha política que ocupou a Chefia do Governo, respeitando-se os cânones legais, foi elaborado um documento estratégico no seio do Ministério da Defesa, denominado Estratégia Nacional de Defesa (END), que consubstanciou a desenvoltura das Forças Armadas, no campo tático e estratégico. Na opinião deste *escrevinhador*, soldado, aviador, Oficial de Estado Maior, a END é um aglomerado de intenções, longe do alcance do tradicional binômio, Segurança e Desenvolvimento, da essência dos estudos da antiga ESG, que abrangeu as áreas desenvolvimentistas, com sucesso, como a história nos ajudou a afirmar. O estado de espírito do tenentismo, nacionalista, reformista e desenvolvimentista ESMAECEU! O novo documento passou a focar o instituto DEFESA, na sua amplitude, afastando-se do doutrinário da antiga ESG. Em consequência, com a entrada da END, para tristeza não só deste articulista, mas de gerações de ex-alunos, militares e civis, o doutrinário da *antiga Escola*, foi *ab rogado*.





DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

O Brasil, na II Grande Guerra, lutou ao lado dos aliados, ocupou espaços no front Italiano com uma Força Expedicionária, um Grupo de Aviação de Caça e a Marinha, no transporte das tropas expedicionárias. A vitória aliada dividiu o mundo - o ocidente Democrata, liderado pelos Estados Unidos e as nações Comunistas sob a órbita da União Soviética. O Brasil manteve o excelente relacionamento adquirido no correr da campanha na Itália, seguindo o grande arauto da democracia, os Estados Unidos da América do Norte. Nesse patamar, o país manteve suas ocorrências no campo político, ladeado por agremiações partidárias de matizes típicos da social democracia: liberais, sócio-populistas, numa convivência com expressões regionalistas de há muito arraigadas. Como se pode observar, a partir de 1945, a consciência política do homem brasileiro fugia de uma ditadura de quinze anos e começava a se reciclar com as posturas democráticas dos vitoriosos de 1945. Uma Constituição brindou o povo brasileiro, em 1946: liberal, democrática, pluralista e federativa. A Carta de 1946 proporcionou uma atividade política com disputas que se distribuíram por algumas agremiações partidárias, todavia, duas coligações carregavam a preferência do eleitor que, à sombra dos seus programas, não se afastavam de uma *mesmíssima* programática. Os carismas pairavam no eleitorado: Getúlio, Juscelino, Jango, Eduardo Gomes, Jânio, distribuía-se no consciente do eleitorado.





Ensaio 7

Os militares mantinham as suas atividades; a Constituição de 1946 foi um grande passo na redemocratização da nação. Será que o Tenentismo, tão comentado nas nossas palavras, encontraria espaço na desenvoltura política, no pós-guerra, e na nova Carta Magna? Essa resposta ficou difícil, e fomos nos valer da vivência em ciência política de autores que sempre recorreremos, e encontramos em W. Sodré, já citado, uma afirma  que vai de encontro ao que pensamos dos jovens Tenentes, *...o Tenentismo é um estado de espírito tendente ao nacionalismo e reformismo político...*

Essa assertiva facilita o andamento do nosso trabalho, transportando-nos a 1963, data em que determinados acontecimentos na história do pa  merecem um entendimento específico. Nesse período considerado, o Congresso se dividia em duas forças políticas democráticas, muito radicais, ambas adversárias, numa fase, em que as possibilidades de *golpe* se desenhavam contra o governo, de um partido tido como de Direita, e outro de Esquerda, ambos com a ameaçadora inten o de ocupar espaço de exclusividade na condu o política da República. O ano de 1963 foi rico em controvérsias em todas as dire oes. Uma parcela politizada de radicais sindicalistas infiltrou-se na área militar, ocasionando um primeiro movimento de indisciplina, no nível sargentos, em Brasília, o que foi prontamente reprimido. Esses radicais, com uma das mãos nas Forças Armadas, imaginavam intimidar a na o. Uma segunda ocorrência, ainda no primeiro trimestre de 1963 apresentou consequências mais graves: a prisão de um graduado da Marinha que almejava





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

criar, com companheiros marujos, uma Associação de Marinheiros. Esses amotinados instalaram-se no Sindicato dos Metalúrgicos e, surpreendentemente, uma parcela do Corpo de Fuzileiros Navais, comandadas por um Almirante, confraternizou-se com essa turba de revoltosos. Na sequência de eventos, nos motes sindicalistas, mereceu um destaque especial: a anistia decretada pelo Ministro da Marinha aos marinheiros envolvidos com os metalúrgicos. A reação das Forças Armadas formalizou-se de imediato – defender as instituições e a consciência cívica do militar, abalada pela indisciplina, quebra de hierarquia e a ordem constitucional. Como espectro decorrente consubstanciou-se um leque de preocupações no dia-a-dia da República. Começou a se configurar o Movimento Revolucionário de 1964.







MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1964.

No início de março de 1964 o Chefe da Casa Militar do Presidente João Goulart, Gen. Assis Brasil, admitiu *... as coisas tinham ido longe demais...*, conforme publicado na imprensa (jornais da época, L. Trevisan, citado, pg76). Revendo a história, em 13 de março, o próprio Presidente, surpreendentemente, aliou-se aos radicais sindicalistas em comício na Central do Brasil, onde, 100 mil pessoas, desfraldando faixas e cartazes com temáticas anti-imperialistas, reformistas, agrárias e políticas, exigiam do Chefe da Nação o apoio imediato às suas proposituras. Essa primeira demonstração de força populista do Presidente encontrou de imediato a resposta do povo paulista que, em 19 de março, organizou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, apoiada pelo Governador do Estado, reunindo mais de 90 mil pessoas, exclamando um bordão - *ordem e fora o Presidente*. Frente a esses episódios, de imediato, a cúpula militar, pelas mãos do Chefe do Estado Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, deu um primeiro passo, enviando um Memorando aos seus Oficiais, onde, preocupada com a gravidade dos acontecimentos, determinava prontidão imediata na patriótica missão de *...defensora da ordem Constitucional e das Leis* (Castello, Pensamento





Ensaio 7

Militar, Biblioteca do Exército, Ed. 2004). No dia 30 de março, João Goulart, Chefe do Governo, compareceu num encontro de sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, posição esta considerada um verdadeiro estopim na sequência de acontecimentos que afrontavam, ostensivamente, o sentimento mais forte da alma do soldado: a hierarquia. À vista do rol de ocorrências à Segurança Nacional, restou certo – o início da derrubada do Chefe da Nação. De imediato, formou-se uma unanimidade de militares, inconformados com o *modus vivendis* do Presidente. Uma minoria, considerada inexpressiva, seguia o governo constituído. Não demorou, e a ruptura deu seus primeiros passos. O General Mourão Filho, revoltado com a situação, movimentou as tropas sob seu comando, em Juiz de Fora, iniciando em Minas a Revolução de 1964. As Forças Armadas, unânimes, apoiaram o Gen. Mourão, consolidando-se, assim, a Revolução. Guanabara, São Paulo e Minas aderiram de imediato. Os Generais, Almirantes e Brigadeiros, ao lado dos líderes civis que apoiaram 1964, entendiam que o General Humberto de Alencar Castello Branco, notabilizado na ESG, pelas suas firmes posições no campo da estratégia, doutrina política, segurança e desenvolvimento, como o militar portador das características inerentes a exercer a liderança do processo revolucionário, com o conseqüente exercício de Presidente da República. No andamento deste trabalho não poderíamos deixar de lado uma palestra de Castello Branco aos oficiais das Forças Armadas em 1963, no Quartel General da 10 Região Militar, em Fortaleza, Ceará. Coincidentemente, nesta data, este articulista, prestava serviço na Base Aérea de Fortaleza.





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

Fruto do dever militar compareci e assisti a exposição oral de Castello relativa ao tema: DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS.

O encontro proporcionou à audiência uma brilhante palestra de cunho constitucionalista, que não só cativou quanto ao conteúdo, mas especialmente na dimensão cultural, enfatizando nomes como Hobbes, Thomaz de Aquino, Machado Paupério, Orwell, Kennedy e outros. No final da alocução afirmou que a Democracia era fator decisivo da paz social, e o equilíbrio social do homem redundaria no correto funcionamento das instituições. A Revolução abriu suas portas aos estrategistas, geopolíticos e à intelectualidade já cansada dos desmandos sindicalistas. A unanimidade da cúpula militar, somada aos governadores dos principais estados e os docentes da ESG, fixaram-se em Castello. O General – Estadista, finalmente, chegou ao topo do Poder. Castello assumiu, e na sua posse, dentre outras afirmações disse *...demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá...a revolução não foi feita contra o direito dos trabalhadores...uma revolução sem donos*, (imprensa, 1964) À sombra do seu espírito liberal o Presidente de “sessenta e quatro” manteve a transparência em todas as suas atitudes. Congresso em pleno exercício, imprensa com manchetes favoráveis ao movimento. O primeiro Ato Institucional, sombreado pelo espírito revolucionário, penalizou os alinhados aos perturbadores. Emergiu um conservadorismo que, temperado com liberalismo e economia de mercado, procurou manter planejamentos e reformas ameaçadas pela subversão. Castello buscou a todo preço manter a sua posição de estadista, com muita seriedade, alinhando-se





Ensaio 7

com perseverança e seriedade a índole do povo que, publicamente, foi às ruas, aclamar e bater palmas ao governo revolucionário. Foi fiel ao seu pensamento Esguiano, governou com prudência, paciente na expectativa de ver suas ideias evoluídas e consolidadas. Levou para o Planalto, na hora da salvação nacional, os mais capazes e eficientes. Embora revolucionário, soube renovar, reviu todas as instituições, e o país entrou numa nova dinâmica de trabalho e produtividade. O Congresso manteve a sua estrutura e desenvoltura, sem a presença dos parlamentares punidos por subversão, podendo-se dizer que se restabeleceu a rotina política do legislativo. Cumpriu o período Presidencial como determinado, entregando ao seu sucessor pleno e certo de MISSÃO CUMPRIDA.

Um dos mais severos jornalistas do Brasil, referindo-se a Castello disse *...pela primeira vez tivemos um governo coerente e consequente...foi um Presidente que deixou sua marca nas instituições nacionais...* (Carlos Castello Branco, pg.40, Pensamento Militar, Biblioteca do Exército,Ed.,2004). Na sua despedida do governo Castello falou – *Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei poder para glória pessoal ou vaidade dos fáceis aplausos...usei para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir as vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que farão a grandeza do futuro...a única lembrança que conservarei para sempre é do extraordinário povo que na sua generosidade e patriotismo, compreensivo em face dos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com*





honra para que o Brasil não demore a ser a grande Nação almejada por todos nós.

A sucessão presidencial após o término do mandato de Castello obedeceu ao ritual revolucionário. Grupos ideológicos radicais, com o sucesso da atuação do governo, não encontravam condições de enfrentar os vitoriosos de *sessenta e quatro*. Assumiu a Presidência o General Costa e Silva, as instituições mantiveram-se, e a nação passou a viver uma *rotina na essência das posturas revolucionária*. O princípio da autoridade e da ordem salvou a nação da anarquia e do pretensão governo sindicalista, populista ou marxista, na forma como os subversivos, reprimidos, gostariam de implantar no país. Costa e Silva passou um período relativamente curto, acometido de sérios problemas de saúde. As palavras de Castello ecoaram no coração do povo, e os sucessos se distribuíram pelas áreas - petrolífera, energética nuclear, comunicações móveis e fixas, agrícola, mineração e técnica-científica.

Usando uma frase de pura retórica, na busca de epiligar as realidades da administração dos Presidentes Militares, ousamos acordar com as afirmações de Francisco Ruas Santos, biografo de Castello, que afirmou - *...entre os civis, o melhor soldado e, entre os militares, o melhor cidadão* (Pensamento Militar, Biblioteca do Exército, Ed., 2004, pg.43). Há de se recordar, ainda, que com o impedimento de Costa e Silva, uma Junta ocupou o poder, no afã de encaminhar o processo sucessório. A Junta composta por um Oficial General representando cada Força reuniu o General Lira Tavares, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello. A administração de Castello, bem sucedida





Ensaio 7

junto à opinião pública, não foi suficiente para que o mundo político aceitasse que o Vice Presidente Milton Campos, por decisão da cúpula revolucionária, não assumisse a Presidência da República. Segundo relato do Jornalista Carlos Chagas na sua obra *A Guerra das Estrelas*, (L. Trevisan, Global, Ed. 1985, pg88), afastado o Vice Presidente, os reflexos junto à nação tocaram de leve na maioria silenciosa que sempre olhou com *bons olhos* 64. A Junta, de comum acordo com a cúpula militar, deu posse ao General Emílio Garrastazu Médici que no seu discurso de posse enfatizou a democracia, o espírito público das lideranças militares, o parlamento bi-cameral em pleno exercício, a conciliação de civis e militares, sem fugir dos passos de Castello. Médici soube se cercar de pessoas de elevada intelectualidade, a Casa Civil ficou nas mãos do Professor Constitucionalista Leitão de Abreu, o grande assessor político, e a economia encontrou em Delfim Neto o seu condutor. Médici manteve as metas Castelistas, sem se afastar do espírito doutrinário Esguiano. A obra do século, a *menina dos olhos* de Médici, manteve, permanentemente, o seu ritmo de construção e instalação - ITAIPÚ. A grande usina que, além de ser orgulho da engenharia nacional, tornou-se o símbolo do progresso e desenvolvimento de dois países irmãos - Brasil e Paraguai. No campo das nossas fronteiras, Médici realizou e concretizou o sonho do reconhecimento dos limites marítimos, estabelecendo, a aplaudidíssima 200 milhas que, até então, limitava-se às tradicionais e medievais 12 milhas, do velho Código de Bustamante. Em resumo, a plataforma continental passou a território pátrio.

Não demorou muito e reações contra revolu-





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

cionárias começaram a preocupar a nação. Ativistas de vários matizes ideológicos deram início à subversão, com demonstrações de força em assaltos a bens públicos, bancos e sequestros de pessoas gradas. O terrorismo começou a andar pelas ruas. As Forças Armadas, no cumprimento da sua missão constitucional, controlavam a repressão. Um acontecimento inusitado ocorreu no governo Médici – o sequestro do Cônsul norte americano em Porto Alegre, em 1970. O grupo Vanguarda Popular Revolucionária assumiu a responsabilidade do feito. Os enfrentamentos com a subversão obrigaram o poder público, na defesa das instituições a tomar medidas duras com grupos terroristas, das mais diversas tendências que, assaltavam, sequestravam, assassinavam, explodiam órgãos públicos, em nome de suas ideologias. Assim, seguindo a linha das teorias Marxistas, Lenilistas, Fidelistas e Trotkistas, estes brasileiros ambicionavam a tomada do poder. A subversão alcançou dois pontos profundamente preocupantes no dia-a-dia de nação – o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos da America e a Guerrilha do Araguaia. O Estado soube reagir, as Forças Armadas enfrentaram esses movimentos com o maior rigor, livrando a nação destas tristes e impatrióticas mazelas, preservando a ordem pública. Médici completou o período governamental, e passou a faixa de Presidente ao colega, também General, Ernesto Geisel. O novo presidente procurou institucionalizar, numa clara demonstração do espírito Esguiano, que trazia na sua personalidade tenentista. A Petrobrás começou a ser reconhecida, internacionalmente, como uma planta petrolífera de alta capacidade de atuação em áreas profundas, no





Ensaio 7

estreito mercado do *ouro negro*.

O Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975, despertou ciúmes nos Estados Unidos, e a energia nuclear assentou-se no Brasil. Na área desenvolvimentista e de planejamento contou com a mão segura do Ministro Simonsen, que assessorou Geisel com muita precisão nos intrincados valores da economia e acordos internacionais. Como chegara a hora da troca do cetro, um nome cresceu, João Figueiredo, ex-Esguiano, criado à sombra tenentista. Historiadores referem que Figueiredo trazia a tiracolo a ideia da abertura política, com futuras eleições e o retorno às regras constitucionais. Figueiredo buscou a realização desses valores, e sua posse foi uma questão de tempo. Assumiu em março de 1979, observando que uma inquietude rondava o campo político, pessoas influentes e militares bem posicionados já entendiam que estava próximo o passo da abertura.

E O BRASIL ENTENDEU

...que chegara a hora de eleições diretas para Presidente e Governadores. A inflação mostrava suas garras, e a indústria, com sua sustentabilidade ameaçada, preocupava as classes produtoras. Nesse quadro Figueiredo assumiu a Chefia da Nação. As articulações no campo político apresentavam-se complexas, percebia-se que chegara a hora da reestruturação institucional. Figueiredo soube administrar a mudança política, encerrando o ciclo de Mandatários Militares. Dentro desse contexto realizou-se a primeira eleição pós 1964. Cumpridas as exigências normativas, o candidato Tancredo Neves foi eleito Presidente. Todavia, à véspera da





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

posse, inesperadamente, Tancredo, não resistindo a súbitas deficiências de saúde, faleceu, possibilitando que José Sarney seu Vice Presidente, ocupasse, o mais elevado cargo da República. Sarney assumiu a Presidência em 15 de janeiro de 1985. A reformulação política do Brasil ensejou uma nova Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A promulgação da Carta Maior, em 5 de outubro de 1988, deu ao país normas mais amplas no campo do assistencialismo social e humanitário, congregando o liberalismo da Constituição de 1946 com valias sociais e humanitárias, gerando nas análises dos cientistas políticos - mais direitos do que obrigações. A partir da vigência da novel Carta, a nação, tenuemente, começou a conviver com as ideologias socialistas, distribuídas nas suas múltiplas tonalidades por agremiações partidárias, que doutrinavam e agiam nas dimensões dos seus sonhos. Em espectro decorrente uma facção partidária de iniciação sindicalista, inusitadamente, congregou na sua plataforma uma *sopa de ideologias* onde não deixaram de participar *ideólogos de todas as tendências*. O Brasil, a exemplo de muitas nações passou a conviver com a verdade política que envolvia a humanidade: esquerda e direita. O brasileiro entrou nessa disputa, com uma parcela tida como esquerdista, distribuída por múltiplas dialéticas, consubstanciadas nas plataformas de determinados partidos políticos.

Embasados nessas afirmações ousamos comentar, que a agremiação tida como a representante dos trabalhadores, motivou uma parcela razoável do eleitorado e, politicamente vitoriosa, iniciou o preenchimento de uma série de cargos públicos, sem fugir da égide das concepções populistas inerentes.







UMA NOVA REPÚBLICA

Os militares voltaram aos quartéis, certos que a nação estava preparada para seguir no curso da história, com as conquistas alcançadas no período da liderança fardada, rica em realizações já aferidas no – crescimento do PIB, Eletrobrás, Embratel, Telebrás, Embrapa, Embraer, Programa Nuclear, Produção Petrolífera, Infraero, treze milhões de novos empregos e, orgulhosamente, um invejável oitavo lugar no seio da economia mundial. No rol dessas atividades não há como esquecer o Instituto Militar de Engenharia, a Engenharia Aeronáutica de São José dos Campos e o audacioso projeto do submarino nuclear da Marinha. Esse somatório de sucessos mostrou um Brasil progressista, onde, um segmento que deveria cuidar tão-só da defesa, marcou a história com a competência estratégica das organizações castrenses de tecnologia e planejamentos. Afirmo o escritor peruano Mário Vargas Llosa, recentemente falecido, que os Latinos americanos *...têm um faro para a liberdade e o bom senso*. As palavras de Llosa vão de encontro ao desempenho do militar brasileiro, que “com bom senso”, desde as lutas da tríplice, até o presente, sempre colocaram a pátria no mais alto pedestal.

No desenrolar do presente trabalho só um mote moveu o articulista - mostrar o quanto o PENSAMENTO DO MILITAR BRASILEIRO influenciou a nacionalidade. No atual contexto da vida brasileira sinto-me a vontade em afirmar que a nação amadureceu, cresceu, e consubstanciada nos passos progressistas que foram enfocados na dinâmica evolutiva da nossa própria história, alcançou





Ensaio 7

a memorável posição de sexta economia mundial, à frente do Reino Unido, vitimado pelos males econômicos que afligem o velho mundo. Aqui, nesta altura das posições enfocadas, uma preocupação ocupa a sensibilidade do articulista – a agremiação vitoriosa nas apurações eleitorais. Conduzida à cúpula da nação, o partido dominante traz na sua origem uma vivência voltada para as alas mais radicais do pensamento publicista. O figurino ideológico da agremiação no poder acaba de entrar numa faixa de instabilidade que preocupa seus próprios militantes – privatizações em estradas, portos e aeroportos. A ideologia foge da sua essência e, a passos lentos vai entrando na senda das realidades que de há muito são imperiosas. Não podemos deixar de trazer a lume as benesses provedoras do marcante INSTITUTO JURÍDICO, maturado nas entranhas de *benesses comuno-sociais* - BOLSAS - com múltiplos matizes, sob as mais diversas formas de apadrinhamentos. E, nesse passo, na pauta de pacificação da nação, as Forças Armadas patrióticas e determinadas na condução progressista do Brasil, certas da missão cumprida entenderam: chegou 1988.





MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO

A Carta Magna de 1988 ensejou ao país uma regra virtuosa na organização política, respeitando os poderes que, nos moldes de Rousseau e Montesquieu cobriam a nação no mais puro Republicanismo. Muito generosa no campo social, extremamente humanitária, criou a figura do aposentado rural que, embora jamais participasse de um fundo sócio-previdenciário que justificasse a nova regra, passou a usufruir da nova benesse. Direitos e Deveres, um apanágio de regras civis e políticas, inseridas na Grande Lei, aguardam, sob a expectativa de estudiosos constitucionalistas, a necessária regulamentação. Foram detalhados direitos básicos que, ao lado de dispositivos inovadores, redimensionaram as políticas públicas, modernizando anseios republicanos. Como estamos navegando num conturbado momento econômico, onde, a América do Norte busca manter seu crescimento e hegemonia no plano global e, a velha Europa, sofre sérias dificuldades pelo excesso de favores populistas e de assistencialismo social, o Brasil, na senda de buscar atender as *Doutas Regras* da sua Lei Maior, corre, em todos os campos do desenvolvimento, a busca de conviver com a *mítica e preocupante* globalização. Os progressos agrícolas e de mineração levaram o Brasil para a pauta de grande exportador mundial, favorecendo a nação, que não sofre as dificuldades que rondam o resto do orbe. Fruto da inteligência e bom senso do legislador pátrio, configurou-se no seio parlamentar





Ensaio 7

a necessidade de se pacificar em definitivo a vida do brasileiro, com a promulgação da LEI DA ANISTIA, que buscou não só a pacificação, mas fazer o Brasil um país digno, sem ódios, consciente das convivências as vezes facetadas.

Sombreados pelos anseios republicanos nascidos em 1889, ao lado dos nossos valores morais, éticos e políticos, ousamos afirmar que o fulcro e a verdadeira origem **do Brasil Moderno** começou em 1964, quando O POPULISMO E A DEMAGOGIA foram sufocados, nas seguras ações do Poder Constituído que debelou na hora certa o:

Comício da Central do Brasil em 1963,
A Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963
A Revolta dos Marinheiros em 1963
O Sequestro do Embaixador Americano em 1969
A Guerilha do Araguaia (1967 a 1974).

Abaixo as palavras proféticas de um Condutor de 1964, o General Mourão filho:

PONHA-SE NA PRESIDÊNCIA QUALQUER MEDIOCRE, LOUCO OU SEMI-ANALFABETO, E VINTE E QUATRO HORAS DEPOIS A HORDA DE ADULADORES ESTARÁ A SUA VOLTA, BRANDINDO O ELOGIO COMO ARMA, CONVENCENDO-O QUE É UM GÊNIO POLÍTICO E UM GRANDE HOMEM, E DE QUE TUDO QUE FAZ ESTÁ CERTO. EM POUCO TEMPO TRANSFORMA-SE UM IGNORNATE EM UM SÁBIO, UM LOUCO EM UM GÊNIO EQUILIBRADO, UM PRIMÁRIO EM UM ESTADISTA. E UM HOMEM NESSA POSIÇÃO, EMPUNHANDOAS RÉ-DEAS DE UM PODER PRATICAMENTE SEM LIMITES,





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

EMBRIAGADO PELA BAJULAÇÃO, TRANSFORMA-SE NUM MONSTRO PERIGOS.

Aos leitores que tiveram a paciência de ler a matéria desenvolvida no presente trabalho, agradeço a paciência de suportar um relato um tanto cansativo, pautado num relato que abrange da Monarquia à República, passando pelas inúmeras ocorrências históricas que julguei pertinente comentar. O espírito da matéria buscou mostrar a influência do militar brasileiro na condução do dia-a-dia da vida política nacional. Com a sua avaliação, este trabalho poderá alcançar o nosso objetivo:

**ENTENDER O PENSAMENTO DO MILITAR
BRASILEIRO!**





BIBLIOGRAFIA:

Barroso, Gustavo. A Guerra de Lopes, Ed. Livraria do Globo, 1927.

Buarque de Hollanda, Sérgio. Raízes do Brasil, Ed. José Olimpo, 1936.

Freire da Fonseca, Anibal. A Constituinte de 1891, Ed. PrND, Projeto Rondon, 198X.

Freire da Fonseca, Anibal. O Poder Executivo da República Brasileira, Ed. UNB, 1981.

Nogueira Otaviano. O Poder Legislativo, Ed. Fundação Petrônio Portela, 198X.

Trevisan, Leonardo. O Pensamento Militar Brasileiro, Global Editora, 1987.

A Vida de D. Pedro I. José Olimpo, 1954.

Pinto, Sérgio Murillo, Tese de Doutorado em História, UFF, 2005.

Boiteaux, Almirante Henrique. Santa Catarina no Exército, vol. I, Ed. Bedeschi, 1942.

Poletti, Ronaldo. Da Constituição à Constituinte, Ed. Forense, 1986.

Escola Superior de Guerra, Doutrina, 1985.

Lopes Pinheiro, Ralph. História Resumida do Direito, Thex Ed., 1976.

Ruas Santos, Francisco. Marechal Castello Branco, Biblioteca do Ex., Ed., 2004.

Clauzewitz. Da Guerra, Princeton University, 1984.

Monteiro, Goes. A Revolução de 1930 e a Política no Exército, Adersen Ed. 192x

Castro, Celso. Os Militares e a República, Ed.





Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota

Zahar, 1995.

Pinto, Sérgio Murillo. Repensando o Estado Novo, Ed. FGV, 1999.

Schulz, John. O Exército na Política, Ed. USP, 1994.

Scheineder, Fernando. História das Doutrinas. Citado/ L. Trevisan, obra já referida.

Gramscy, Antonio. Maquiavél a Política e o Estado Moderno, Ed. Civ. Bras., 1980.

Passarinho, Jarbas. Contradições e Incertezas, Ed. Gráfica Ltda, 2011.

Martins, Francisco. Notas de Palestras, Curso de Humanidades, Club. Aer, 2009, 2010.

Cunha Frota, Tarso Magnus, Artigos publicados, Ensaios-3, Ed. Rev. Aeronáutica 2011.

Capela, Leila. A Defesa Nacional e o Serviço Militar,UFF, Tese de Mestrado, UFF. 1985.





**Pesquisadores do Grupo de Estudo que
desenvolve ações direcionadas
ao Pensamento Brasileiro em
prol da nossa brasilidade.**



Clube de Aeronáutica
Departamento Cultural

2006 - GRUPO DE ESTUDO DO PENSAMENTO BRASILEIRO - 2012



Francisco Martins



Cel Araken



Ten Brig Seixas



Brig Cunha Frola



Cel Art Bergamo



João Victorino



Cel Inf Simões



Fernando Bicudo



Cel Jesse



CMG Haroldo Belém



CMG Mesiano



Siqueira



Paulo Pereira



Cel Luis Mauro



Diolasia Cherigate



Elian Araujo



